



CLIPPING INTERNET
19/06/2021 ATÉ 19/06/2021



INDÍCE

1	AÇÕES TJMA	
	1.1 SITE O MARANHENSE.....	1
2	CASAMENTO COMUNITÁRIO	
	2.1 BLOG EDUARDO ERICEIRA.....	2
	2.2 BLOG KIM LOPES.....	3
	2.3 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	4
3	COMARCAS	
	3.1 BLOG EDUARDO ERICEIRA.....	5
	3.2 SITE O MARANHENSE.....	6
4	DESEMBARGADOR	
	4.1 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	7
5	INSTITUCIONAL	
	5.1 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	8 9
6	JUIZADOS ESPECIAIS	
	6.1 BLOG DO ALPANIR MESQUITA.....	10
	6.2 BLOG EDUARDO ERICEIRA.....	11
7	SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS	
	7.1 SITE O MARANHENSE.....	12
8	UNIDADE DE MONITORAMENTO CARCERÁRIO	
	8.1 PORTAL DO MAGISTRADO.....	13
9	VARA CRIMINAL	
	9.1 BLOG EDUARDO ERICEIRA.....	14

Faculdade Florence é condenada a indenizar aluno por danos morais

Uma sentença do 4º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo de São Luís condenou uma instituição de ensino que praticou cobrança indevida, no caso, um boleto que já havia sido quitado. A ação, que teve como parte requerida o Instituto Florence de Ensino Superior Ltda, foi movida por um aluno que sentiu sua honra atingida pelas cobranças, mesmo depois de efetuar o pagamento. A sentença explica que, contrariamente ao que alegou a demandada, as cobranças não cessaram após o autor informar para a empresa sobre o pagamento do débito.

Na ação, ele juntou o boleto de cobrança com vencimento para 22 de julho de 2020. “Assim, se houve falha na prestação do serviço, significa dizer que o fornecedor não está cumprindo integralmente sua obrigação, razão pela qual, deverá reparar os danos advindos dessa conduta, nos moldes do artigo do Código de Defesa do Consumidor (...) Nesse passo, não há alternativa senão decidir em desfavor da parte que possuía o ônus probante, presumindo-se verdadeiros os fatos apontados na inicial”, explica a sentença.

CODUTA ILÍCITA

Para a Justiça, no caso em debate, ficou evidenciado o ato na forma descrita em artigos do Código Civil e do CDC, materializando-se a responsabilidade civil da instituição reclamada. “Assim, constatada a ilicitude praticada pela reclamada, resta a tarefa de analisar a existência dos danos alegados (...) Nesse ponto, é cediço que nas relações consumeristas a responsabilidade civil é objetiva, pressupondo a existência de dano proveniente de conduta ilícita”, sustenta.

E prossegue: “No caso em apreço, a empresa reclamada não operou conforme os pressupostos da boa-fé objetiva tendo em vista que infringiram o dever obrigatório de conduta entre fornecedores e consumidores no sentido de agirem com lealdade e confiança na busca do adimplemento do contrato, protegendo as expectativas de ambas as partes (...) Pelo que se pode depreender das provas colhidas, a instituição cometeu ato ilícito contido no Código Civil visto que, quando solicitada, não tomou as devidas providências, demonstrando falha na prestação de seus serviços, adequando-se ao conceito de serviço defeituoso”.

Por fim, decidiu: “Diante de tudo o que foi exposto, há de se julgar parcialmente procedentes os pedidos, no sentido de condenar a demandada, a saber o Instituto Florence, ao pagamento de uma indenização no valor de R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais) pelos danos morais sofridos, em favor do autor”.

UNIÃO CIVIL: Mais de 200 casais vão participar do Casamento Comunitário virtual de Imperatriz

A 2ª Vara da Família da Comarca de Imperatriz informou que 310 casais se inscreveram e 206 foram habilitados para a cerimônia de Casamento Comunitário virtual que será realizada no dia 20 de junho, a partir das 8h30min, com transmissão ao vivo do fórum, pelo Grupo Mirante de Imperatriz e pela plataforma youtube.

A transmissão simultânea da solenidade para familiares e amigos dos casais será realizada do fórum, por meio de uma sala virtual principal e mais sete salas secundárias, cada uma com grupos de 30 casais e um juiz responsável pela celebração.

As inscrições para o casamento foram encerradas em 3 de maio. Após a realização da cerimônia, a Certidão de Registro Civil do casamento será enviada pelos Correios, e-mail ou por meio de mensagem pelo aplicativo whatsapp para o número do celular cadastrado pelos noivos no momento da inscrição.

A cerimônia foi autorizada pelo juiz Adolfo Pires da Fonseca (2ª Vara da Família) na Portaria 1597/2021, que definiu as regras para a inscrição dos noivos, informações e requisitos exigidos. A organização da solenidade está sendo feita em parceria com a juíza Ana Beatriz (1ª Vara da Família), diretora do fórum, com apoio do Tribunal de Justiça, Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão, e ToadaLab, o laboratório de inovações do Judiciário, nas inscrições dos noivos pela internet, sem a necessidade de ir até o cartório - solução criada pelo laboratorista Miguel Moyses, servidor da Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís.

Na portaria, o juiz Pires da Fonseca declarou que a união civil dos casais, por meio do Projeto "Casamento Comunitários", representa a promoção dos direitos humanos, da proteção jurídica e a garantia dos direitos civis da família e sucessões.

“Tem por objetivo “consolidar a família como núcleo social básico de acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e protagonismo social; a defesa do direito à convivência familiar, entendendo-a como núcleo afetivo, vinculado por laços consanguíneos, de aliança ou afinidade, que circunscrevem obrigações recíprocas e mútuas”, ressalta o documento.

Devido ao interesse social na realização do casamento comunitário, os casais foram isentados da cobradas as taxas cartorárias no procedimento de habilitação de casamento. Os oficiais de Registro Civil de Pessoas Naturais serão ressarcidos das despesas com recursos ao FERC - Fundo Especial das Serventias de Registro Civil de Pessoas Naturais do Estado do Maranhão.

Promotores de justiça são removidos para novas comarcas

O procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, recebeu, na manhã desta sexta-feira, 18, em seu gabinete, em São Luís, os promotores de justiça Francisco Antonio Oliveira Milhomem e Igor Adriano Trinta Marques, que foram removidos para atuar em novas comarcas do Maranhão.

Francisco Milhomem deixou a comarca de São João dos Patos e é o novo titular de Dom Pedro. Já o promotor de justiça Igor Trinta Marques saiu de Mirinzal e assume a comarca de Cururupu.

Instituição de ensino que pratica cobrança indevida deve arcar com dano moral

Uma sentença do 4º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo de São Luís condenou uma instituição de ensino que praticou cobrança indevida, no caso, um boleto que já havia sido quitado. A ação, que teve como parte requerida o Instituto Florence de Ensino Superior Ltda, foi movida por um aluno que sentiu sua honra atingida pelas cobranças, mesmo depois de efetuar o pagamento. A sentença explica que, contrariamente ao que alegou a demandada, as cobranças não cessaram após o autor informar para a empresa sobre o pagamento do débito.

Na ação, ele juntou o um boleto de cobrança com vencimento para 22 de julho de 2020. “Assim, se houve falha na prestação do serviço, significa dizer que o fornecedor não está cumprindo integralmente sua obrigação, razão pela qual, deverá reparar os danos advindos dessa conduta, nos moldes do artigo do Código de Defesa do Consumidor (...) Nesse passo, não há alternativa senão decidir em desfavor da parte que possuía o ônus probante, presumindo-se verdadeiros os fatos apontados na inicial”, explica a sentença.

CODUTA ILÍCITA

Para a Justiça, no caso em debate, ficou evidenciado o ato na forma descrita em artigos do Código Civil e do CDC, materializando-se a responsabilidade civil da instituição reclamada. “Assim, constatada a ilicitude praticada pela reclamada, resta a tarefa de analisar a existência dos danos alegados (...) Nesse ponto, é cediço que nas relações consumeristas a responsabilidade civil é objetiva, pressupondo a existência de dano proveniente de conduta ilícita”, sustenta.

E prossegue: “No caso em apreço, a empresa reclamada não operou conforme os pressupostos da boa-fé objetiva tendo em vista que infringiram o dever obrigatório de conduta entre fornecedores e consumidores no sentido de agirem com lealdade e confiança na busca do adimplemento do contrato, protegendo as expectativas de ambas as partes (...) Pelo que se pode depreender das provas colhidas, a instituição cometeu ato ilícito contido no Código Civil visto que, quando solicitada, não tomou as devidas providências, demonstrando falha na prestação de seus serviços, adequando-se ao conceito de serviço defeituoso”.

Por fim, decidiu: “Diante de tudo o que foi exposto, há de se julgar parcialmente procedentes os pedidos, no sentido de condenar a demandada, a saber o Instituto Florence, ao pagamento de uma indenização no valor de R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais) pelos danos morais sofridos, em favor do autor”.

Polícia com apoio da Guarda Municipal cumpre mandado de prisão contra homicida

A Polícia Civil do Maranhão, por meio da Delegacia Especial de São José de Ribamar, com apoio da Guarda Municipal, cumpriu mandado de Prisão Preventiva, oriundo da 2ª Vara do Tribunal do Júri de São Luís. O suspeito foi localizado no Bairro J. Câmara I, em São José de Ribamar.

O homem responde a dois homicídios, o primeiro no Bairro Maracanã em São Luís, no ano de 2017, e o segundo no Bairro Cruzeiro em São José de Ribamar, no ano de 2018.

Mais de 200 casais vão participar do Casamento Comunitário virtual de Imperatriz.

19 de junho de 2021

A 2ª Vara da Família da Comarca de Imperatriz informou que 310 casais se inscreveram e 206 foram habilitados para a cerimônia de Casamento Comunitário virtual que será realizada no dia 20 de junho, a partir das 8h30min, com transmissão ao vivo do fórum, pelo Grupo Mirante de Imperatriz e pela plataforma youtube.

A transmissão simultânea da solenidade para familiares e amigos dos casais será realizada do fórum, por meio de uma sala virtual principal e mais sete salas secundárias, cada uma com grupos de 30 casais e um juiz responsável pela celebração.

As inscrições para o casamento foram encerradas em 3 de maio. Após a realização da cerimônia, a Certidão de Registro Civil do casamento será enviada pelos Correios, e-mail ou por meio de mensagem pelo aplicativo whatsapp para o número do celular cadastrado pelos noivos no momento da inscrição.

A cerimônia foi autorizada pelo juiz Adolfo Pires da Fonseca (2ª Vara da Família) na Portaria 1597/2021, que definiu as regras para a inscrição dos noivos, informações e requisitos exigidos. A organização da solenidade está sendo feita em parceria com a juíza Ana Beatriz (1ª Vara da Família), diretora do fórum, com apoio do Tribunal de Justiça, Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão, e ToadaLab, o laboratório de inovações do Judiciário, nas inscrições dos noivos pela internet, sem a necessidade de ir até o cartório - solução criada pelo laboratorista Miguel Moyses, servidor da Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís.

Na portaria, o juiz Pires da Fonseca declarou que a união civil dos casais, por meio do Projeto "Casamento Comunitários", representa a promoção dos direitos humanos, da proteção jurídica e a garantia dos direitos civis da família e sucessões.

"Tem por objetivo "consolidar a família como núcleo social básico de acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e protagonismo social; a defesa do direito à convivência familiar, entendendo-a como núcleo afetivo, vinculado por laços consanguíneos, de aliança ou afinidade, que circunscrevem obrigações recíprocas e mútuas", ressalta o documento.

Devido ao interesse social na realização do casamento comunitário, os casais foram isentados da cobradas as taxas cartorárias no procedimento de habilitação de casamento. Os oficiais de Registro Civil de Pessoas Naturais serão ressarcidos das despesas com recursos ao FERC - Fundo Especial das Serventias de Registro Civil de Pessoas Naturais do Estado do Maranhão.

Judiciário e órgãos do Maranhão discutem controle da superlotação carcerária

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) e representantes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Defensoria Pública Estadual, Sociedade Maranhense de Direitos Humanos, Ordem dos Advogados do Brasil, Secretaria de Administração Penitenciária e varas criminais debateram, no dia 2 de junho, o controle da superpopulação carcerária no estado e do papel da Central Integrada de Alternativas Penais e Inclusão Social.

O coordenador adjunto do Eixo 1 do Fazendo Justiça do CNJ, Rafael Barreto Souza, explicou que o programa envolve quatro eixos temáticos: Proporcionalidade Penal; Socioeducativo; Intramuros, Sistema Prisional e a pauta dos egressos; e Tecnologia e Desenvolvimento. O eixo de Proporcionalidade Penal desenvolve quatro grandes ações: Alternativas Penais; Qualificação de Audiência de Custódia; o fomento da Justiça Restaurativa e o Controle de Superlotação Carcerária.

A respeito do controle da superpopulação carcerária, o coordenador adjunto Rafael Barreto Souza citou a proposta de implementação efetiva do conceito de Central de Vagas, em que a capacidade máxima de um estabelecimento não pode ser ultrapassada. Destacou a relevância de se criar mecanismos e ferramentas para que o Poder Judiciário tenha protagonismo na regulação das políticas penais e efetiva implementação de sistema de equilíbrio de ocupação. Ele informou o desenvolvendo do Manual para Implementação de uma Central de Regulação de Vagas Prisionais, a ser lançado no próximo mês de julho, que aborda metodologia envolvendo temas sobre a definição do conceito de vaga prisional.

Apontou um sistema que propicia informações ao magistrado em tempo real sobre a quantidade de vagas e a ocupação efetiva dessas vagas; a superlotação e a designação de unidades para cumprimento de penas ou prisão provisória, para que sejam elementos a serem considerados na condição judicial; e o uso de lista de espera como ferramenta importante no que diz respeito à regulação da porta de entrada do sistema prisional, referente à Central da Audiência de Custódia.

Sobre a regulagem de vagas prisionais das pessoas que estão saindo, citou a Súmula Vinculante 56 da Suprema Corte, que estabelece o conceito da saída antecipada diante da ausência de vagas, notadamente dos regimes semiaberto e aberto, informando que há uma análise sobre as ferramentas dessa saída e substituição por medidas diversas da prisão nessa circunstância. Ele citou também ferramentas que auxiliam no controle da superlotação, a exemplo dos mutirões carcerários; a realização de audiências nas unidades prisionais; a revisão periódica dos processos de prisão imposta; e monitoração eletrônica. Diante da previsão de realizar atividade de apoio e a implementação de projetos-pilotos nos tribunais, ressaltou que tem o Estado do Maranhão como potencial Tribunal parceiro no desenvolvimento de projetos nessa natureza.

O coordenador substituto da Unidade de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário (UMF), juiz Marcelo Silva Moreira, destacou que o principal problema do sistema prisional atualmente está relacionado à questão da superpopulação carcerária. “O Maranhão não está de mãos atadas, e

dentro das limitações, tem atuado em rede com diversos atores e tem conseguido avançar”, frisou, citando a expedição da Portaria nº1054/2021 – que instituiu um comitê para controle da superpopulação carcerária com atuação de diversos setores; e parceria com a SEAP quanto ao compartilhamento de informações, em tempo real, relacionadas à lotação de unidades prisionais do estado, entre outras medidas.

O promotor de Justiça Pedro Lino Curvelo, presidente do Conselho Penitenciário, pontuou o avanço das políticas implementadas no Brasil no que se refere à contenção das mortes violentas, das fugas e da destruição do patrimônio público. “Contudo, há o problema da superlotação carcerária, principalmente no que diz respeito às prisões provisórias”, disse, apontando tratativas em reunião do Conselho Penitenciário relacionadas a um levantamento dentro das unidades prisionais de todos os presos provisórios quanto a data das prisões e de entrada deles na unidade prisional, para que se obtenha um ranking das unidades prisionais.

O representante da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos, Jorge Serejo, apresentou questionamentos referentes a dados numéricos com base no portal do TJMA, apontando no mês de fevereiro o número de 2.422 presos provisórios com mais de 100 dias e na segunda extração, referente ao mês de maio, o quantitativo de 1.890 presos provisórios.

O juiz Marcelo Silva Moreira afirmou os bons resultados quanto à redução dos números de presos provisórios em virtude de um trabalho sistematizado da Unidade de Monitoramento e Fiscalização e dos juízes e juízas, diante da necessidade de reavaliação das prisões provisórias. “O papel da Unidade de Monitoramento e Fiscalização é de orientar, encaminhar informações e acompanhar a atuação dos magistrados e magistradas”, explicou.

CIAPIS

A Supervisora de Reintegração Social, Mônica Maria de Farias Barros fez uma apresentação sobre a Central Integrada de Alternativas Penais e Inclusão Social (CIAPIS) de São Luís, que foi criada a partir da delegação da 2ª Vara de Execução Penal à Secretaria de Estado de Administração Penitenciária, com um projeto conveniado ao Departamento Penitenciário Nacional. Os trabalhos desenvolvidos são em prol da gestão prisional, atendendo a necessidade de atendimento a demanda da pessoa egressa e cumpridora de alternativas penais, reunindo em um único local os serviços de seu interesse.

Os principais serviços oferecidos são acolhimento (orientações individuais), encaminhamentos (rede parceira, “Começar de Novo”), inclusão em demandas sociais, Serviço de Apoio ao Emprego (SAE), acompanhamento do cumprimento de medidas, promoção de cursos de qualificação e profissionalização, visitas domiciliares, grupo de inicialização, Grupos de finalização, Grupos temáticos reflexivos, Oficinas de fim de semana e Suporte psicossocial em Audiências Admonitórias e de Justificação. “Em uma única central funcionam a Supervisão de Reintegração Social, a Supervisão de Monitoração Eletrônica e a Segunda Vara de Execução Penal, com o objetivo de ser vista pelos beneficiários dos serviços como um local de acolhimento e não como extensão da pena, obtendo auxílio do Poder Executivo de forma digna.”

Fonte: TJMA

Mais de 200 casais vão participar do Casamento Comunitário virtual de Imperatriz

Transmissão simultânea da solenidade para familiares e amigos dos casais será realizada do fórum, por meio de uma sala virtual principal e mais sete salas secundárias

Mais de 200 casais vão participar do Casamento Comunitário virtual de Imperatriz

Projeto Casamento Comunitários representa a garantia dos direitos civis da família e sucessões (Divulgação) Imperatriz - A 2ª Vara da Família da Comarca de Imperatriz informou que 310 casais se inscreveram e 206 foram habilitados para a cerimônia de Casamento Comunitário virtual que será realizada neste domingo, 20, a partir das 8h30, com transmissão ao vivo do fórum, pelo Grupo Mirante de Imperatriz e pela plataforma youtube.

A transmissão simultânea da solenidade para familiares e amigos dos casais será realizada do fórum, por meio de uma sala virtual principal e mais sete salas secundárias, cada uma com grupos de 30 casais e um juiz responsável pela celebração.

As inscrições para o casamento foram encerradas em 3 de maio. Após a realização da cerimônia, a Certidão de Registro Civil do casamento será enviada pelos Correios, e-mail ou por meio de mensagem pelo aplicativo whatsapp para o número do celular cadastrado pelos noivos no momento da inscrição.

A cerimônia foi autorizada pelo juiz Adolfo Pires da Fonseca (2ª Vara da Família) na Portaria 1597/2021, que definiu as regras para a inscrição dos noivos, informações e requisitos exigidos. A organização da solenidade está sendo feita em parceria com a juíza Ana Beatriz (1ª Vara da Família), diretora do fórum, com apoio do Tribunal de Justiça, Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão, e ToadaLab, o laboratório de inovações do Judiciário, nas inscrições dos noivos pela internet, sem a necessidade de ir até o cartório - solução criada pelo laboratorista Miguel Moyses, servidor da Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís.

Na portaria, o juiz Pires da Fonseca declarou que a união civil dos casais, por meio do Projeto "Casamento Comunitários", representa a promoção dos direitos humanos, da proteção jurídica e a garantia dos direitos civis da família e sucessões.

“Tem por objetivo “consolidar a família como núcleo social básico de acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e protagonismo social; a defesa do direito à convivência familiar, entendendo-a como núcleo afetivo, vinculado por laços consanguíneos, de aliança ou afinidade, que circunscrevem obrigações recíprocas e mútuas”, ressalta o documento.

Devido ao interesse social na realização do casamento comunitário, os casais foram isentados da cobradas as taxas cartorárias no procedimento de habilitação de casamento. Os oficiais de Registro Civil de Pessoas Naturais serão ressarcidos das despesas com recursos ao FERC - Fundo Especial das Serventias de Registro Civil de Pessoas Naturais do Estado do Maranhão.

Mais de 200 casais vão participar do Casamento Comunitário virtual de Imperatriz

Transmissão simultânea da solenidade para familiares e amigos dos casais será realizada do fórum, por meio de uma sala virtual principal e mais sete salas secundárias

Mais de 200 casais vão participar do Casamento Comunitário virtual de Imperatriz

Projeto Casamento Comunitários representa a garantia dos direitos civis da família e sucessões (Divulgação) Imperatriz - A 2ª Vara da Família da Comarca de Imperatriz informou que 310 casais se inscreveram e 206 foram habilitados para a cerimônia de Casamento Comunitário virtual que será realizada neste domingo, 20, a partir das 8h30, com transmissão ao vivo do fórum, pelo Grupo Mirante de Imperatriz e pela plataforma youtube.

A transmissão simultânea da solenidade para familiares e amigos dos casais será realizada do fórum, por meio de uma sala virtual principal e mais sete salas secundárias, cada uma com grupos de 30 casais e um juiz responsável pela celebração.

As inscrições para o casamento foram encerradas em 3 de maio. Após a realização da cerimônia, a Certidão de Registro Civil do casamento será enviada pelos Correios, e-mail ou por meio de mensagem pelo aplicativo whatsapp para o número do celular cadastrado pelos noivos no momento da inscrição.

A cerimônia foi autorizada pelo juiz Adolfo Pires da Fonseca (2ª Vara da Família) na Portaria 1597/2021, que definiu as regras para a inscrição dos noivos, informações e requisitos exigidos. A organização da solenidade está sendo feita em parceria com a juíza Ana Beatriz (1ª Vara da Família), diretora do fórum, com apoio do Tribunal de Justiça, Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão, e ToadaLab, o laboratório de inovações do Judiciário, nas inscrições dos noivos pela internet, sem a necessidade de ir até o cartório - solução criada pelo laboratorista Miguel Moyses, servidor da Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís.

Na portaria, o juiz Pires da Fonseca declarou que a união civil dos casais, por meio do Projeto "Casamento Comunitários", representa a promoção dos direitos humanos, da proteção jurídica e a garantia dos direitos civis da família e sucessões.

“Tem por objetivo “consolidar a família como núcleo social básico de acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e protagonismo social; a defesa do direito à convivência familiar, entendendo-a como núcleo afetivo, vinculado por laços consanguíneos, de aliança ou afinidade, que circunscrevem obrigações recíprocas e mútuas”, ressalta o documento.

Devido ao interesse social na realização do casamento comunitário, os casais foram isentados da cobradas as taxas cartorárias no procedimento de habilitação de casamento. Os oficiais de Registro Civil de Pessoas Naturais serão ressarcidos das despesas com recursos ao FERC - Fundo Especial das Serventias de Registro Civil de Pessoas Naturais do Estado do Maranhão.

Diretoria da Fiema é empossada para novo quadriênio 2021-2025

Entidade continuará sendo presidida por Edilson Baldez, cuja chapa venceu por unanimidade

Diretoria da Fiema é empossada para novo quadriênio 2021-2025

Presidente da Fiema, Edilson Baldez, entre autoridades dos Três Poderes (Divulgação)

Autoridades, empresários industriais, políticos e dirigentes de entidades de classe, participaram da posse da diretoria da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (Fiema) para o quadriênio 2021-2025, na noite desta quinta-feira, 17, no Salão de Evento da Casa da Indústria. A nova diretoria presidida por Edilson Baldez das Neves, foi eleita por unanimidade.

Com o presidente Edilson Baldez tomaram posse Francisco de Sales Alencar como 1º vice-presidente, os cinco vice-presidentes executivos da entidade, os diretores, conselheiros fiscais e delegados representantes junto à Confederação Nacional da Indústria.

Em seu discurso, Edilson Baldez ressaltou que apesar dos dias de incertezas e turbulências, novos horizontes se anunciam com a retomada do crescimento do PIB e o avanço dos empregos.

“O país precisa de reformas urgentes que facilitem a vida de quem trabalha e produz. Precisamos de transparência, segurança jurídica e tranquilidade para quem gera empregos e riquezas. Precisamos modificar o cenário pernicioso porque empreender no Brasil é um ato de coragem. A indústria tem pressa e precisa se revigorar e renascer com a tecnologia, a inovação e competitividade. Para assegurar espaço privilegiado nessa nova conjuntura, acionamos ações que estimulassem a vocação do nosso estado, formulando estratégias para contribuir para o desenvolvimento do Maranhão”, disse Baldez.

O presidente da FIEMA destacou também a ação do Grupo de Trabalho Pensar o Maranhão, no qual vem analisando as necessidades e potencialidades de diversos setores importantes. “Esse grupo tem discutido temas prioritários para o Maranhão como o saneamento básico, as perspectivas petrolíferas da Bacia PA-MA, assim como a implantação do Centro Espacial de Alcântara, negócio aeroespacial que prevê investimentos de bilhões de dólares no estagnado município histórico de Alcântara, que agora vai renascer economicamente com a era espacial”, afirmou Baldez.

Edilson Baldez lembrou o trabalho feito em parceria com as demais entidades de classe com o Avança Maranhão, um plano de iniciativa das entidades empresariais para mitigar os impactos da pandemia sobre a economia maranhense, e que beneficiou, somente no segmento industrial, 740 empresas, atendeu 32 mil trabalhadores e praticou 97 mil atendimentos, com o apoio do SESI, SENAI e IEL.

“Além de levar a solidariedade, colaboramos com as nossas equipes de saúde da vacinação em vários municípios do estado. A indústria se destaca pela sua dinâmica de inovação, modernidade e competitividade. Igualmente ao acompanhar os avanços tecnológicos, ganhos de produtividade e por participar com maior remuneração dos fatores de produção, como capital e trabalho”, afirmou o presidente da FIEMA.

“Apesar das muitas crises econômicas que o país atravessou, e agora a da pandemia do Coronavírus, nossa

indústria mantém sua posição no cenário regional e nacional. De um PIB estadual de R\$ 87 bilhões, a indústria contribui com 18,5%, correspondendo ao 4º (quarto) maior do Nordeste. Possuímos 9,9% das empresas industriais da região nordestina. Somos responsáveis por 1,9 bilhão de dólares de exportação de produtos industrializados. E a arrecadação de ICMS na indústria do Maranhão, em 2019, superou 1,2 bilhão de reais. Com esses alicerces, a Indústria sempre será um segmento transformador socioeconômico e a força do desenvolvimento do nosso país”, enfatizou Baldez agradecendo a diretoria a honrosa oportunidade de uma nova gestão à frente da FIEMA e a sua família pelo incentivo de acompanhá-lo em mais essa jornada.

A solenidade contou com a presença do Rafael Lucchesi, Diretor Geral do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e Diretor de Educação e Tecnologia da Confederação Nacional da Indústria (CNI), do vice-governador Carlos Brandão, da vice-prefeita de São Luís, Esmênia Miranda, e do secretário estadual de Indústria, Comércio e Energia, Simplício Araújo, do desembargador José Gonçalo de Sousa Filho, representando o presidente do TJ-MA, Lourival Serejo, do deputado estadual Ariston Ribeiro, do deputado federal Antônio Elizabeth Gonçalo de Sousa, do diretor institucional da EMAP, José Reinaldo Tavares, além da coordenadora regional do IEL-MA, Michele Frota, o diretor regional do SENAI, Raimundo Arruda e o superintendente do SESI-MA, Diogo Lima e do superintendente da FIEMA, Cesar Miranda, além de autoridades e empresários industriais do Estado.

“É um prazer participar da posse desse líder da indústria do Maranhão, uma voz serena, de construção no entendimento no ambiente da CNI. Se o Brasil tem um futuro certamente ele se construirá sobre atividades econômicas mais sofisticadas de maior valor agregado. Não há na história da humanidade nenhum país desenvolvido sem apostar na agenda da industrialização. Ela é a agenda que estabelece os melhores empregos e investe em inovação. 70% do investimento hoje em inovação é feito pela indústria”, declarou Rafael Lucchesi, Diretor Geral do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e Diretor de Educação e Tecnologia da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Edilson Baldez também fez questão de agradecer aos parceiros Governo do Estado, Prefeitura de São Luís e demais nove prefeituras maranhenses e setor privado que muito contribuíram para o triunfo da sua administração.

O vice-governador Carlos Brandão ressaltou a parceria do Sistema FIEMA com o Governo do Estado na imunização contra a covid-19. “Esse apoio da FIEMA por meio do SESI na vacinação contra a covid-19 tem sido fundamental para o Estado e nós só temos a agradecer”, disse Brandão.

Continue lendo

em: <https://imirante.com/oestadoma/noticias/2021/06/19/diretoria-da-fiema-e-empossada-para-novo-quadriennio/>

Medidas mantidas

Assembleia Legislativa, Câmara Municipal de São Luís e o Poder Judiciário deverão manter as medidas sanitárias adotadas há duas semanas.

As atividades presenciais continuarão suspensas até o fim da próxima semana. Isto porque o número de casos novos da Covid-19, a quantidade de internações e óbitos ainda não reduziram no estado.

A Ilha de São Luís continua sendo o foco de maior número de novos casos de contaminados, assim como maior quantidade de mortos pelo novo coronavírus.

Projeto vai modernizar gestão administrativa no Poder Judiciário

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) está desenvolvendo o projeto "Modernização da Gestão Administrativa com foco em eficiência e resultados", em parceria com a Falconi - uma empresa líder em consultoria de gestão no Brasil, reconhecida pelos resultados alcançados em projetos na rede pública e privada. O objetivo é utilizar as melhores referências em gestão pública e privada para atender à demanda da Alta Administração do TJMA em relação à revisão do Planejamento Estratégico; à melhoria da eficiência financeira em receitas e despesas; e à implementação da Gestão de Riscos e Compliance.

O trabalho pretende alçar o TJMA a um novo patamar de gestão, por meio de um processo único de captura e controle de resultados que representa a unidade esperada desse trabalho na centralização dos projetos e ações alinhados aos objetivos do TJMA.

Lançado no dia 29 de abril pelo presidente do Tribunal, desembargador Lourival Serejo, o projeto tem como principais finalidades direcionar os esforços para os principais objetivos de curto, médio e longo prazo da instituição para o período de 2021 à 2026 do Tribunal; qualificar o gasto público; reduzir a evasão de receitas; implementar Gestão de Riscos e Compliance; implementar sistemas de controle de receitas e despesas desdobrados nos principais processos de trabalho do Tribunal; capacitar a equipe do Tribunal para dar continuidade a esse legado; e valorizar os servidores por meio de uma gestão moderna.

As frentes de trabalho são executadas por meio da atuação dos gestores e equipes dos setores relacionados, subordinadas ao Comitê Deliberativo - formado por membros da Alta Administrativa e ao Comitê Executivo - composto por juízes auxiliares, secretários/secretárias e equipes. Os consultores da empresa contratada podem contatar servidores, servidoras, magistrados e magistradas do Judiciário durante a execução do projeto.

Atividades presenciais em Alcântara estão suspensas por falta de água

O juiz Rodrigo Otavio Terças, diretor do Fórum da Comarca de Alcântara, comunicou à Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão a suspensão das atividades presenciais no fórum de Alcântara diante da falta de abastecimento de água pela Caema, enquanto a situação não for resolvida.

As audiências já designadas para o período serão remarçadas para uma data mais próxima possível, sendo mantidas as audiências que possam ser realizadas de forma exclusivamente virtual, devendo as partes e advogados informarem whatsapp ou e-mail para que possam receber o canal de acesso (link) da sala virtual, bem como as orientações sobre como poderão participar, enviando esses dados para o e-mail vara1_alc@tjma.jus.br.

O atendimento aos profissionais jurídicos e demais jurisdicionados será remoto, das 8h às 18h, nos dias úteis, pelo e-mail vara1_alc@tjma.jus.br ; balcão virtual <https://vc.tjma.jus.br/bvvara1alc> ; telegram [@comarcadealcantara](https://t.me/comarcadealcantara) e assistente virtual <https://forms.gle/YpGyvFziSphfGbAR9> (disponível 24h/dia).

Também ficam suspensos os prazos processuais dos processos em trâmite em Alcântara, que ainda tramitem fisicamente, prorrogando para o primeiro dia útil subsequente os prazos que vencerem nesse período.

CORONAVÍRUS

A falta d'água no Fórum de Alcântara ocorre há mais de um mês e o juiz tem tentado solucionar o problema por meios alternativos, como abastecimento pelo Centro de Lançamento de Alcântara e compra de água por meio de caminhão-pipa, mas não resolveu a situação, não havendo outra solução a não ser a suspensão das atividades presenciais.

Na Portaria 2219/2021, o juiz informa que a Caema, mesmo após ter sido acionada pelo secretário judicial, "não apresentou nenhuma solução para o problema apontado por este último, tendo apenas informado que a cidade de Alcântara encontrava-se com problemas no abastecimento de água".

No documento, o juiz afirma que o saneamento básico é ainda mais necessário em razão da Pandemia da COVID-19, "uma vez que são necessários hábitos de higiene como lavar as mãos e sanitizar as dependências do fórum, e não realizar tais atividades pode ocasionar riscos à sua saúde diante da possibilidade do contágio do coronavírus".

São Luís ganhará mais uma unidade interligada

Uma reunião coordenada pela juíza coordenadora do Núcleo de Registro Civil da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão, Jaqueline Caracas, definiu a instalação de mais uma unidade interligada de Registro Civil de Nascimento em São Luís. O serviço será oferecido na Maternidade Luíza Coelho, que faz parte da rede privada de saúde da capital.

A magistrada ressaltou que a iniciativa faz parte da mobilização realizada em todo o Estado, em cumprimento à Lei 12.662/2012, para que todos os estabelecimentos de saúde que realizam partos implantem o serviço. Disse ainda, que além do cumprimento da norma, é necessário assegurar o acesso pleno à cidadania, o que só é possível a partir permitido a partir do Registro Civil de Nascimento.

Condição similar a de outras capitais, São Luís é a cidade maranhense com a maior quantidade de estabelecimentos de saúde que realizam partos e também a com maior número de nascimentos. Atualmente as maternidades Nossa Senhora da Penha e Natus Lumine já funcionam no formato de unidade interligada, além de postos que ainda funcionam no formato antigo e que deverão ser convertidos ao novo modelo.

Durante o encontro, ficaram estabelecidas as etapas necessárias para implantação, o que exige formalização do convênio, disponibilização de espaço físico, estrutura e treinamento de pessoal. Também ficou acertado o trabalho de conscientização das famílias que buscam a Maternidade, para que os pais sejam orientados e levar a documentação no dia do parto.

Participaram da reunião a cartorária da 3ª Zona de Registro Civil, Idália Nascimento; a advogada da Maternidade, Fernanda Mendonça; as coordenadoras de Enfermagem e de Atendimento da Maternidade, Klyssea Abreu; Érika Vieira, respectivamente.